

O neoliberalismo argentino na era Menem, 1989/1999

Manuel Ramon Souza Luz¹

Introdução

Em 1989, Carlos Menem foi eleito presidente da Argentina. Durante seu mandato a economia seguiu pelo caminho do livre mercado, da não intervenção do governo na economia, em fim, optou pela via neoliberal que criou a pior crise da história do país.

A grande transformação do sistema econômico argentino ocorreu a partir de 1991 com a entrada de Domingo Cavallo no ministério da economia. Anteriormente a este houveram dois outros ministros, Néstor Rapelli e Ernan Gonzáles que, por não conseguirem conter o processo inflacionário e a recessão econômica, foram destituídos.

Antes de discutirmos os caminhos que a política econômica do governo Menem seguiu, vamos analisar em que condições o país estava até o momento da transferência de cargos Alfonsín-Menem.

Podemos afirmar que o início da política de abertura econômica argentina se dá com Martínez de Hoz através de uma experiência de liberalização financeira que abrangeu os anos de 1977 a 1982, fase da ditadura militar. Durante todo este período foram implementadas várias medidas que visavam reduzir a taxa inflacionária. Podemos citar entre estas medidas o congelamento salarial (abril de 1976 a março de 1977), a desindexação da economia (abril de 1978 a dezembro de 1978), políticas macroeconômicas de restrição monetária (julho de 1977 a março de 1978), reformas institucionais de abertura comercial da economia e reforma financeira, que flexibilizou as taxas de juros e eliminou os recursos destinados para créditos subsidiados. Como principal braço desta reforma financeira encontramos a “*Ley de Entidades Financieras*” (Lei 21.526, de 14 jan. 1977). Através dela o setor

(1) Graduando – 3º ano (Unicamp. Instituto de Economia).

financeiro argentino foi completamente aberto à entrada de capital externo (notamos aqui já uma primeira tentativa de obter crescimento através de poupança externa). Estas medidas levaram a expansão da captação externa e do crédito interno, fato que não durou muito pois a entrada destes capitais cessou devido ao aumento da taxa de juros norte-americana seguido do segundo choque do petróleo e, desta maneira, o plano de liberalização perdeu sua principal base, os recursos externos. Logo em 1982, com Lorenzo Sigaut encabeçando a nova gestão econômica, ocorre a crise da dívida, o governo restringe algumas operações financeiras, centraliza o câmbio e tenta enfrentar a crise herdada com mecanismos de refinanciamento das empresas e através de duas desvalorizações de 30% cada uma, em abril e junho de 1981.

A escassez de capitais externos levou a um forte processo inflacionário acompanhado da desmonetização do sistema financeiro e da dolarização informal que perdurou durante toda a década de 1980. Podemos notar, se tivermos um olhar histórico, que o país obedeceu perfeitamente “*el ciclo económico argentino*” que Raúl Prebisch recorreu para explicar as constantes flutuações da economia argentina, uma economia dependente de exportações de bens primários e da entrada de capitais externos, o que a tornou perigosamente suscetível ao comportamento da economia internacional.

O parque industrial argentino se encontrava num período de caráter regressivo e de crescente heterogeneidade estrutural na década de 1980. A indústria no país sofreu três processos distintos ao longo do tempo em que sua formação foi se determinando. O primeiro processo ocorre a partir de meados de 1880, quando a indústria surge como um apêndice do sistema agroexportador vigente. O segundo processo aparece no início da década de 1930 e objetivava a substituição de importações, caracterizado pela forte regulação e participação estatal que tinha como meta abastecer o mercado interno. Os setores dinâmicos da indústria neste período se baseavam no setor químico e metalmeccânico (automobilístico como destaque).

Este tipo de industrialização vai mostrar-se atrasado tecnologicamente com relação ao mundo industrializado a partir da década de 1970, quando notamos que ocorre um salto tecnoproductivo dos países industrialmente competitivos que a Argentina não acompanhou. Não ocorreu portanto a transição eletromecânica-microeletrônica na produção industrial do país. Em 1976 se inicia um novo período

para a indústria, o sistema de substituição de importações é abolido e começa o processo de inserção liberal de livre-mercado aprofundando a heterogeneidade industrial Argentina. Observamos nesta fase que algumas empresas tentaram diminuir o *gap* tecnológico a que estavam sujeitas, outras manteriam a tecnologia e organização fordista da era anterior e outras ainda simplesmente seriam engolidas pela concorrência externa. Vale ressaltar que esta heterogeneidade não foi igualmente repartida pelo setor industrial, as que se modernizaram foram em quantidade infinitamente menor do que as que não conseguiram atravessar esta barreira tecnológica. Neste contexto ocorre uma profunda retração industrial, devido tanto à pequena demanda interna, agora abastecida por importados, quanto à pequena inserção do produto industrial argentino no exterior devido ao câmbio desfavorável.

Pelo lado da política monetária vemos o seu caráter restritivo com elevadas taxas de juros (o que mostra novamente o problema da dependência de capitais externos) que deprimiram violentamente o investimento industrial. Este fato é refletido com a questão do grande endividamento que as empresas privadas nacionais tiveram no período, que chegou ao ponto de as dívidas superarem o valor de seus ativos.

Toda esta fase da primeira onda de liberalização está representada pelos dados da Tabela 1 que ilustra com clareza o processo recessivo em que a Argentina se encontrava.

Tabela 1
Indicadores macroeconômicos na Argentina, 1977/81

	1977	1978	1979	1980	1981
1. Produto industrial Bruto	100	99	102	102	96
2. Taxa de inflação – atacado (%)	125	157	154	84	93
3. Taxa de desvalorização (%)	56	102	67	41	144
4. Dívida externa privada (US\$ milhões)	3.091	3.635	4.200	9.074	12.703
5. Número de falências e concordatas	205	707	548	591	1.137
6. Importações/ Prod. Ind. Brut (%)	31	34	37	57	79

Fontes: Metodologia do Cálculo: 1. BCRA (1977=100); 2. INDEC junho/junho; 3. BCRA junho/junho.

4. BCRA: Metade de cada período. 5. FIEL, Indicadores de Conjuntura, vários números: dados anuais.

6. BCRA

Acompanhando a falência do sistema liberal de 1982, se iniciou um processo de recuperação industrial baseado na “socialização das perdas”. Desta maneira o estado financiou as grandes indústrias endividadas no período anterior com taxas de juros baixas que, associadas com a alta inflação caracterizou a liquidação dos passivos adquiridos anteriormente. Este fluxo da dívida externa privada para a dívida pública pressionou ainda mais o governo a buscar alternativas para gerar recursos destinados ao pagamento de compromissos externos. As desvalorizações cambiais e a contração do gasto interno determinaram o crescimento da exportação, a retração das importações e dos investimentos públicos.

Ocorreu, devido a permanente incerteza da economia, uma acentuada “exportação de capitais” que reflete a impossibilidade de formular as bases para formar novas expectativas. Apesar do esforço exportador, a não estruturação industrial à nova fase tecnoprodutiva, a baixa representatividade da indústria nas exportações e a queda dos termos de troca dos produtos agrícolas (que dominam a pauta de exportação argentina até hoje), não se conseguiu balancear a escassez de capitais externos, abundante no período inicial da liberalização, fato que se refletiu nos crescentes déficits Balança de Pagamentos.

As tentativas governamentais de resolver estes problemas econômicos fizeram surgir três grandes planos econômicos, o Austral, o Primavera e o Bunge y Born, que tinham como ponto comum aliar ao bom desempenho da balança comercial um maior controle da demanda agregada nominal, contendo o processo inflacionário e buscando obter com isto melhores condições para o processo de formação de expectativas dos investidores. A maior dificuldade de todos estes planos foi a incapacidade de ter resultados fiscais compatíveis com o financiamento interno e externo.

A era pós-Breton Woods é marcada pela grande instabilidade mundial. A dependência da Argentina, como a de outros países da região é demonstrada tanto pela grande presença de *commodities*, com preços ajustados internacionalmente, na sua balança comercial quanto pela dependência financeira externa. Isto colocou o país em uma posição muito vulnerável em relação a este novo panorama de instabilidade internacional. Esta maior influência das crises internacionais sobre a Argentina é o que marca a década de 1980 e o restante do século XX.

Agora que temos uma pequena noção do estado da economia argentina nos anos 80, podemos considerar que existiam vários problemas estruturais no país que através dos anos foram se mostrando como grandes empecilhos ao desenvolvimento interno. Estes problemas já haviam sido diagnosticados muito antes da era de aumento da instabilidade do pós-Breton Woods. A participação da indústria no PIB aumentou no decorrer do século mas não foi capaz de tirar a dependência dos *commodities* da pauta de exportação. Ao vermos os dados notamos que a participação da indústria no PIB do início do século até os anos 90 aumentou 53,74%, mas mesmo assim os produtos industriais representavam na composição do ano – PIB no final da década de 1980 –, 16,25% a menos do que na década de 1960. Raul Prebisch já chamava a atenção no “*el ciclo económico Argentino*” à necessidade de não depender da exportação dos produtos agrícolas, mostrando “a tendência à deterioração dos termos de troca entre produtos primários e manufaturados”. Além deste problema, observamos ainda o atraso do esquema tecnoprodutivo. O país não conseguiu mais acompanhar o desenvolvimento tecnológico das nações industrializadas. O governo militar adotou medidas incoerentes com realidade Argentina. A liberalização de 1978 conseguiu subtrair ainda mais a indústria, captou poupança externa que logo saiu do país devido a grande volatibilidade do mercado internacional. Assim sobraram apenas empresas endividadas que o estado saneou e ruínas financeiras que o capital especulativo internacional deixou para trás. O governo tentou resolver a crise por meio do incentivo a exportações e controle da demanda agregada nominal, mas sua balança de pagamentos não deixou de apresentar-se deficitária no período.

Os indicadores econômicos da década de 1980 mostram claramente o período de crise em que o país havia mergulhado. Apesar das exportações apresentarem progresso com um crescimento de 78% entre 1980 e 1990, O PIB diminuiu em 9,4%, O PIB industrial caiu 24%, o consumo caiu 15,8% (atenção a este indicador pois mostra como o consumo estava reprimido e sua consequência nos anos 90), as importações diminuíram em 58%, o investimento em 70,1% e a renda per capita em 25%. O salário real representava 76% do salário do início da década e a desocupação havia duplicado, o Estado estava quebrado. Logo no final da década ocorre a hiperinflação de 1989 e 1990. Neste contexto acontece a segunda experiência de liberalização.

O objetivo deste trabalho é mostrar o que ocorreu na década de 1990 no governo Menem através de sua política econômica e industrial e, como esta economia, que conservava estruturas produtivas comprometedoras de sua integridade e independência, se comportou na era da globalização e liberalização financeira, a sua segunda experiência de livre mercado.

1 A segunda rodada: liberalização

1.1 A teoria

Antes de começarmos a análise da liberalização dos anos 90 torna-se essencial apresentar as bases teóricas do modelo de liberalização econômica. Resumidamente podemos classificar este projeto como uma associação do modelo de Shaw-McKinnom e traços que remetem ao “*supply side economics*”.

O modelo Shaw-McKinnom foi desenvolvido na década de 1970 por estudos de Edward Shaw (1973) e Ronald McKinnom (1978). A principal característica deste modelo é a crítica à política de “repressão financeira” (que podemos entender como a crítica aos modelos de intervenção estatal). Desta maneira, no modelo Shaw-McKinnom estão descartados os programas de crédito público subsidiado, o qual o Estado direcionava recursos aos setores economicamente prioritários, como também o sistema de câmbio fixo e o controle de circulação de bens e capitais através das fronteiras.

Este modelo econômico criticava a então precarização do mercado financeiro devido à alta inflação e aos déficits públicos. Para E. Shaw e R. McKinnom a inflação e os déficits públicos eram exclusivamente causados pela forte presença do Estado na economia, a solução? Diminuir o poder do estado. A característica principal da teoria de Shaw-McKinnom é o foco na taxa de poupança da economia. O projeto baseado na liberalização financeira pregava a eliminação do controle cambial, assim como o controle das taxas de juros e finalmente, o controle à entrada de capitais. Devido a estes pontos, ocorreria a liberação na composição do portfólio dos poupadores das instituições financeiras. Desta maneira obteríamos uma ampliação da taxa de poupança tanto interna quanto externa e com isto também ocorreria o aumento das taxas de investimento e crescimento.

Associado ao modelo Shaw-McKinnom encontramos algumas características do modelo “*supply side economics*” que marcou a política econômica dos Estados Unidos particularmente durante o governo de Ronald Reagan no início dos anos 80. O modelo “*supply side economics*” ou simplesmente “economia pelo lado da oferta” foi caracterizado por uma política econômica de cunho liberal que tinha como eixo central os incentivos à poupança e ao investimento. Como metas, pregava a diminuição geral de impostos, redução dos gastos em beneficência social, aumento de gastos militares, diminuição da regulação governamental e a restrição das taxas de crescimento da oferta monetária. Na teoria, a restrição monetária detinha a inflação e não o crescimento da economia já que estariam sendo tomadas ao mesmo tempo vigorosas políticas pelo lado da oferta.

Podemos encontrar alguma destas características inseridas no contexto argentino, a principal é a disciplina monetária, o câmbio fixo. A Argentina fixou o seu câmbio visando exatamente o que a “economia pelo lado oferta” pregava, o controle do processo inflacionário. O plano de convertibilidade ligava o Peso a uma caixa de conversão, um “*currency board*” (padrão “ouro”, ou dólar no caso, dos anos 90, modelo praticado na era de Breton Woods). Em outros campos de atuação vemos também características da “economia pelo lado da oferta”, a diminuição dos gastos em beneficência social e a diminuição da regulação do governo, também são características marcantes deste período

No decorrer da década de 1980, o modelo Shaw-McKinnom mostrou-se funcional nos países desenvolvidos. Observou-se em geral nestes países um fortalecimento das instituições financeiras, aumento contínuo do PIB, o qual ocorreu devido a um quadro de maior estabilidade macroeconômica. Nos países subdesenvolvidos o modelo não se mostrou adequado. Apesar de promover inicialmente o crescimento do PIB e contenção da taxa de inflação, estes períodos foram seguidos de crises bancárias e cambiais, que refletiu numa característica comum dos países latino americanos no período dos anos 90; incluímos portanto nestes países o caso argentino.

1.2 Pacto de poder

A maior característica do governo Menem foi a total conjunção dos interesses do *establishment* (grandes empresas nacionais, transnacionais, a banca nacional e os credores externos) sobre o governo.

Logo no início de seu mandato, Menem foi buscar apoio dos principais agentes tanto nacionais quanto estrangeiros. Apresentou como ministro da economia Miguel Roig, que faleceu pouco depois de assumir e prontamente foi substituído por Néstor Rapelli. Os dois faziam parte do corpo diretivo da empresa Bunge & Born. Como assessor para a questão da dívida externa nomeou a Alvaro Alsogaray. Vemos claramente através destes nomes a busca de credibilidade frente ao *establishment* anteriormente citado.

Estas medidas deram o efeito desejado; ocorreu uma aproximação de entidades representantes da burguesia nacional ao governo e a maior central sindical argentina, a *CGT* que, se dividiu e uma grande fração passou a apoiar a Menem.

A principal característica desta fase inicial do governo foi o começo do processo de privatização (já em 1989), que receberá tratamento especial no item 2.4 deste trabalho.

Fora as questões políticas acima citadas, a economia do país nas mãos de Nestor Rapelli e Erman Gonzáles não encontrava saídas para o processo inflacionário e recessivo herdados do governo de Raul Alfonsín. Desta maneira Menem destituiu o ministro da economia e nomeou outra figura que representava a idéia de conjunção mencionada inicialmente. O ministro Domingo Cavallho assumiu no início de 1991 comprometendo-se a mudar o cenário econômico em que o país se encontrava. Através de seu plano econômico o governo argentino conseguiu unificar todos os interesses do *establishment* citado.

1.3 O Plano de Convertibilidade

No ano de 1990 a economia argentina apresentava como principal marca o avanço do processo hiperinflacionário. Tal processo é caracterizado por uma grande desvalorização do Austral, de 600% entre dezembro de 1989 e o fim de

fevereiro de 1990. A produção industrial caiu 25% entre dezembro de 1989 e março de 1990. As reservas de câmbio em vias de esgotamento e uma dívida externa da ordem de US\$ 65 bilhões.

Buscando resolver de forma rápida o problema da inflação, imediatamente após sua posse o ministro Cavallo inicia seu projeto econômico baseado em um sistema de convertibilidade. Inicialmente optou por uma faixa de flutuação do Austral, (moeda corrente do período) que variava de um mínimo de A\$8.000 e um máximo de A\$10.000 por dólar. No dia 1 de abril de 1991, sancionou no congresso a Lei 23.928, que instituiu na Argentina o sistema de *currency board* ou caixa de conversão, estabelecendo que A\$10.000 equivaleriam ao valor de um dólar. Esta Lei foi muito além da simples conversão. Ela autorizou também que se fizessem contratos no país baseados em qualquer moeda estrangeira conversível, proibiu a emissão de moeda pelo Banco Central se não houvesse lastro em suas reservas, além de anular qualquer tipo de indexação nos contratos feitos a partir daquele momento.

No dia primeiro de janeiro de 1992 o Austral foi substituído pelo Peso, que equivalia a um dólar. Tal sistema de conversão não era comum no mundo neste período. Ao observarmos os países que seguiram este padrão, defrontamo-nos com apenas alguns paraísos fiscais, alguns pequenos países na América Central e outras nações que buscavam nesta conversão diminuir o alto risco que impedia os investimentos.

Em outubro de 1992 o Banco Central tornou-se independente do governo através de “*La Carta Orgánica del Banco Central*”, que seguiu o modelo americano ou suíço de independência. A junta diretora do banco teria mandato de seis anos e seria composta de dez membros. O não envolvimento do Estado na manutenção do sistema de convertibilidade levou a esta independência. Ela surgiu como meio de mostrar o comprometimento do governo com a convertibilidade, cortando quase todas as possibilidades de realizar emissões por razões políticas.

Apesar desta grande rigidez do sistema de convertibilidade que a Argentina seguiu, encontramos algumas brechas que eventualmente permitiriam certa mobilidade governamental. Falamos neste instante da questão dos bônus públicos

ou os “passivos públicos”. O que ocorreu foi que o artigo número quatro da Lei 23.982 autorizava que “*títulos públicos nacionales o extranjeros*” se integrassem às reservas nacionais. Assim os “Bonex” (títulos de dívida pública) podiam ser emitidos pelo governo e formar parte das reservas do país, existindo então uma possibilidade de emissão encoberta. Apesar de existir esta brecha na lei, o governo não emitiu títulos para o Banco Central porque obviamente o setor privado interpretaria como uma falta de compromisso do governo com o projeto econômico que pregava.

Na primeira metade da década de 1990 encontrávamos um cenário internacional favorável para os países que buscavam crédito devido a disponibilidade de liquidez internacional. Este fato gerou um grande incremento da oferta de fundos líquidos e um cenário mais brando para a renegociação da dívida externa. Com esta abundância de recursos o governo pôde diminuir as taxas de juros, reativando a produção e a economia como um todo. Estes fatores aliados com a privatização do patrimônio público e o aumento do IVA (imposto sobre valor agregado) de 18% para 21% conduziu a solução (ao menos momentânea) da questão do déficit fiscal. Anteriormente a este período, o déficit era coberto com emissão monetária pelo Banco Central. Nesta nova fase isto não podia ocorrer devido a adoção do modelo de “caixa de conversão” e independência do Banco Central.

Ao analisarmos os dados estatísticos da Tabela 2, veremos que o plano Cavallo foi responsável por uma grande, porém de curta duração, expansão econômica do país. Ocorreu um processo de remonetização provocado principalmente, pelo aumento dos fluxos de capitais externos ao país. As taxas anuais de inflação foram reduzidas de 84% em 1991 para 7,4% em 1993, o PIB cresceu 12,7% no primeiro ano do plano e continuou em plena expansão até a crise de 1995; o investimento interno total crescia a uma média de 16,9% ao ano. A dívida externa, favorecida pela privatização das estatais tinha baixado de 66,028 para US\$ 65,325 bilhões entre 1991 e 1993.

Tabela 2
Indicadores macroeconômicos na Argentina, 1989/98

	1989	1991	1993	1995	1997	1998
1. Crescimento do PIB Real	-6,9	12,7	5,9	-2,8	8,1	3,9
2. Crescimento do PIB Real per capita	-12,3	11,3	4,5	-4,2	6,7	2,6
3. Taxa de inflação (dez/dez)	3.079,8	84,0	7,4	1,6	0,3	0,7
4. Investimento Interno Total	15,5	14,6	18,3	17,9	19,3	19,9
5. Balança Comercial	5.709	4.419	-2.364	2.357	-2.123	-3.117
6. Dívida Externa Total	65.257	66.028	65.325	99.363	130.828	144.050

Fontes: 1, 2. Banco Mundial *world tables*; 4. porcentagem do PIB; 5. em milhões de dólares.

A partir destes resultados iniciais, Domingo Cavallo em 1993 chegou a anunciar para a grande mídia que a longo prazo a dívida externa da Argentina poderia ser paga, de acordo com suas declarações isto poderia acontecer até o ano 2000. O interessante foi como Cavallo chegou a esta conclusão, a partir do saldo da balança comercial positivo (fato que não ocorreu), poderia obter-se capital para pagar parte da dívida do país. A outra parte que não era coberta por este saldo comercial, seria paga com novos empréstimos que supostamente teriam condições de pagamento mais interessantes devido a que o país passaria para os credores um cenário de maior “confiabilidade”. Logo estes novos empréstimos teriam taxas de juros menores do que nas dívidas anteriormente adquiridas. Desta forma, a fórmula de Cavallo para a questão da dívida pretendia chegar a seguidos endividamentos de curto prazo, com mais credores, por menos recursos e com taxas de juros menores.

A Argentina estava crescendo com poupança externa. A vulnerabilidade externa compensava este crescimento? As concessões que a Argentina estava fazendo para obter este capital de fora não se transformariam em uma armadilha para o seu futuro? Será que após terminadas as privatizações poderia continuar havendo equilíbrio fiscal? Este modelo neoliberal funcionava até que ponto?

Nos itens posteriores analisaremos como o país se desenvolveu nos vários setores de sua economia no período do governo Menem. Primeiramente veremos como se deu o processo de privatização e sua repercussão nos vários setores da economia e na sociedade argentina.

1.4 As privatizações

O início do processo de privatização implementado na Argentina ocorreu a partir da *Ley de Reforma del Estado*, sancionada pelo Congresso em agosto de 1989. Como podemos perceber, esta lei foi implementada antes mesmo do plano de convertibilidade ter sido aplicado (1991). Podemos identificar este fato como o comprometimento do governo Menem e de grande parte dos políticos argentinos com o modelo de economia neoliberal. Mesmo não tendo nenhum tipo de plano econômico que estivesse obtendo resultados coerentes com o modelo de economia aberta, não houve nenhum impedimento para a realização das privatizações. O governo tinha como bandeira a questão da redução de gastos públicos com empresas deficitárias.

A partir da Lei de Reforma do Estado ficou permitida a liquidação de qualquer empresa pública, incluindo os bancos nacionais e provinciais, além de habilitar o capital estrangeiro a adquirir as empresas em processo de privatização. Através desta lei o poder executivo foi capaz de intervir nas estatais, eliminar seus diretórios e órgãos administrativos, modificar seus formatos societários e promover sua divisão. Somente para que a privatização fosse de fato realizada é que ocorria a consulta ao parlamento, através de uma comissão bicameral.

Todo o processo de liquidação das estatais argentinas pode ser dividido em duas fases. A primeira fase é caracterizada pela privatização *in loco*, que ocorreu antes do plano de convertibilidade e que vamos analisar mais detalhadamente a seguir.

As primeiras privatizações foram levadas a cabo pelo *Ministerio de Obras y Servicios*, a cargo de Roberto Dromi. Esta fase, que se inicia em 1990, tem como característica a rápida liquidação das empresas públicas e tinha como objetivo principal a redução do déficit fiscal. Tal déficit era um dos principais responsáveis pelo cenário hiperinflacionário argentino. A emissão monetária responsável por preencher o rombo fiscal trazia a inflação como efeito colateral. Neste cenário as privatizações objetivavam obter uma mínima estabilidade dos preços.

Esta rapidez no processo de privatização não deixou que ocorresse a valorização das empresas; não permitiu que órgãos reguladores fossem criados;

ignorou a abertura posterior de mercados (fato que nos leva a concluir que ocorreu apenas uma troca do monopólio público pelo privado). O governo se ausentou completamente do controle das empresas, liquidou-as totalmente, desta forma não obtendo nenhuma margem posterior de manobra e de participação nas decisões das companhias. Esta ausência o privou de captar recursos com a valorização das ações e principalmente de defender os interesses públicos em relação aos serviços prestados. A maior empresa privatizada neste período foi ENTEL (*Empresa Nacional de Telecomunicaciones*); como interventora foi nomeada Maria Julia Alsogaray, mostrando mais uma vez o poder do *establishment*. Nesta primeira fase de privatizações podemos destacar, além da ENTEL, a *Aerolíneas Argentinas*, a Petropol, a Polisur, a Induclor, concessão de estradas de rodagem e os canais de televisão 11 e 13. No total o governo arrecadou com estas vendas e concessões US\$ 2,481 bilhões. Como mais uma das características deste tipo de privatização, temos como “prática comum” a indexação das tarifas em função da variação do dólar e o aumento de tarifas no momento anterior a venda.

A segunda fase de privatizações é caracterizada por ter ocorrido durante a execução do plano de convertibilidade; podemos identificá-la como mais racional do que a fase anterior. Neste novo período iniciado em 1991, as privatizações tinham como meta além do equilíbrio fiscal, a inserção internacional argentina. O processo de liquidação servia como instrumento ao governo para atrair o capital estrangeiro para a nova realidade argentina, o Estado se lançava novamente na busca por recursos externos que sustentassem a economia, mais especificamente que controlassem o déficit fiscal. Os processos de licitações foram mais abertos neste período; houve possibilidade de criação de normas reguladoras e seus respectivos núcleos, o governo manteve participação acionária em algumas empresas e até houve a iniciativa de criação de um certo tipo de “capitalismo popular” aos moldes de Margareth Thatcher, quando 10% das empresas poderiam ser adquiridas pelos trabalhadores.²

O governo arrecadou neste segundo período de privatização muito mais recursos que na primeira fase, aproximadamente US\$ 15,693 bilhões (1991/98). Nesta segunda etapa foram vendidas a *Caja Nacional de Ahorro y Seguro*, a

(2) Posteriormente esta variável no sistema de privatização foi sendo anulada de sua função inicial e os trabalhadores não obtiveram nenhum tipo de controle sobre as companhias.

siderúrgica SOMISA, a empresa de correios OCA, *Obras Sanitarias de la Nación* (água e esgoto), os aeroportos e a principal empresa do período, a YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*). Uma característica interessante no processo de venda da YPF foi a presença minoritária do Estado após ter terminado a privatização. Tal participação estatal perdurou até 1999 quando a espanhola REPSOL adquiriu as ações do governo e dos controladores privados da YPF.

Analisando o perfil dos compradores destas empresas podemos ver mais uma vez por que o *establishment* aprovava o projeto neoliberal do governo Menem. Ocorreu notadamente uma concentração das empresas privatizadas nas mãos de conglomerados locais. Estes mesmos conglomerados foram os que se favoreceram no período militar argentino e consolidaram seu poder durante o governo radical de Alfonsín mediante isenções tributárias e contratos com o estado. Estes grupos locais (Pérez Companc, Bunge y Born, Macri, Rocca-Techint, Astra-Grueneisen, Soldati, Zorroaquin, Massuh, Roggio Fortab, Acevedo-Acindar, Bemberg, Roggio y Richards, entre outros) se associaram com empresas estrangeiras que em muitos casos assumiram a totalidade do negócio posteriormente ao processo de compra. (Azpiazu, 1998)

Surgiu durante este período um grande debate nacional sobre as privatizações, como elas poderiam ajudar o desenvolvimento do país e quais as melhoras que elas poderiam trazer para a vida dos cidadãos argentinos. Para a indústria surgia uma esperança na diminuição do “*costo Argentina*”. Tal esperança era baseada na expectativa de diminuição de custos para a produção devido a redução das tarifas das companhias privatizadas.

O que ocorreu na realidade se distanciou muito das expectativas. Pelo fato de que não houve na primeira fase de venda nenhum tipo de controle no processo de privatização com referência aos órgãos reguladores e a abertura do mercado, ocorreu apenas a troca do monopólio estatal pelo privado, fato que não favoreceu a queda dos preços e aumento da qualidade dos serviços. Como exemplo desta questão podemos citar o grande “apagão” elétrico de 1999. Por outro lado, ao analisarmos as taxas de lucros destas empresas após a privatização, vemos que foram maiores do que a média da economia.

Tabela 3
Montante e origem dos recursos obtidos pelas privatizações (em milhões de dólares)

Ano	Estrangeira	Nacional	Não determ.	Total
1990	1.548	933	0	2.481
1991	470	633	1.227	2.330
1992	2.068	1.935	830	4.832
1993	3.181	1.270	0	4.451
1994	386	229	0	615
1995	1.202	193	0	1.395
1996	228	145	0	374
1997	1.111	249	0	1.360
1998 ^(*)	247	89	0	336
Total (US\$)	10.440	5.676	2.057	18.173
Total (%)	57,4	31,2	11,3	100,0

(*) Primeiro semestre.

Fonte: *Secretaria de Industria y Comercio* (1998).

Analisando a Tabela 3 vemos que o governo argentino faturou com todo o processo US\$ 18,173 bilhões, 60% deste capital tinha origem estrangeira, 30% origem nacional e 10% provinha de fontes não determinadas. Ao vermos como a privatização se deu pela década de 1990, notamos a determinação do governo em liquidar todas as empresas públicas, isso pode ser visto observando que somente entre 1990 e 1993 o governo arrecadou US\$ 14,094 bilhões. O investimento estrangeiro aumentou de forma acelerada a partir de 1989 quando o investimento direto foi de US\$ 1,028 bilhão. Este ritmo se manteve crescente até 1997 com US\$ 5,099 bilhões provenientes de inversões estrangeiras. Como os compradores das empresas públicas podiam pagar ao governo com títulos da dívida externa argentina, ocorreu uma diminuição da dívida de US\$ 66,028 bilhões em 1991 para US\$ 65,325 bilhões em 1993, período em que ocorreram as maiores privatizações.

O equilíbrio fiscal foi alcançado principalmente com os fluxos de capitais provenientes destas vendas. A questão principal é que quando as empresas em mãos do estado se tornaram escassas, o governo não pôde obter mais este grande fluxo de capitais do período 1989/93. A nova medida para sanar o déficit fiscal foi a reforma previdenciária e o endividamento externo. Isto pode ser observado ao analisarmos o avanço da dívida externa que em 1993 era de US\$ 65,325 bilhões, em 1995 seria de US\$ 99,362 milhões e em 1997 alcançou US\$ 130,828 bilhões.

No período 1993/97 ocorreu um avanço de 100% na dívida externa (Tabela 2). Podemos notar que quando as empresas públicas escassearam, a dívida começou a crescer a passos largos.

1.5 O Sistema Financeiro Argentino e as crises da década de 1990

Ao longo dos primeiros anos do plano de convertibilidade ocorreu uma remonetização da economia argentina devido a estabilidade de preços e ao fluxo de capitais externos que provinham da conjuntura de sobreliquidez internacional e do processo de privatização argentino (esta remonetização é caracterizada pelo elevado grau de dolarização dos depósitos bancários, chegando a 53% entre 1990 e 1993, refletindo a falta de confiança do público na moeda local devido a década anterior). Outro fator que caracteriza estes primeiros anos (1991/94) foi a inflação que, mesmo baixa, se manteve maior que a taxa de inflação norte-americana, isto trouxe uma valorização real do peso e conjuntamente manteve a expansão do déficit comercial (Tabela 2).

No âmbito do sistema financeiro argentino, notamos que ocorreram incentivos do governo para a recapitalização bancária sem que ocorresse no entanto, preocupação com as conseqüências da liberalização sobre o aumento da fragilidade do sistema financeiro. Podemos citar a redução de alíquotas de recolhimento sobre os depósitos e a entrada maciça de bancos estrangeiros (um dos maiores responsáveis inicialmente pela proteção e posteriormente pela vulnerabilidade externa) no mercado argentino como uma das medidas governamentais visando a reforma do sistema. Notamos neste momento que o sistema financeiro argentino presenciava uma grande fase expansiva semelhante com a Argentina do fim da década de 1970, tão semelhante que temos como uma das características a grande fragilidade externa.

Em dezembro de 1995 ocorreu o primeiro teste para o novo sistema financeiro argentino: a crise mexicana. Com o desajuste cambial mexicano, ficou explicitada a fragilidade da expansão econômica argentina dos primeiros anos da década de 1990. No momento da crise, o sistema financeiro sofreu uma violenta reversão dos fluxos de capitais que passaram a sair rapidamente do país.

Como alternativa para o momento que o país estava passando, a desvalorização seria uma opção. Tal medida não foi adotada devido ao alto grau de dolarização do sistema financeiro, desta maneira uma desvalorização além de causar uma crise cambial, levaria também a uma crise bancária. Com o descarte da desvalorização, o ajuste da economia argentina ocorreu através da ajuda internacional do FMI e do Banco Mundial. Tais acordos permitiram manter intacto o regime de *currency board*. Podemos citar, para demonstrar o cenário nacional antes dos acordos que, no início de 1995 os depósitos bancários caíram 17% e US\$ 5,5 bilhões saíram do país. Se perdeu neste mesmo ano 4,6% do PIB e houve uma contração da produção industrial da ordem de 6,4%. Posteriormente as taxas de juros se elevaram e ocorreu o corte de mais de US\$ 1 bilhão no orçamento de 1995, já atendendo as exigências dos novos acordos internacionais.

A partir da crise mexicana, o governo argentino passou a implementar uma reforma estrutural de seu sistema financeiro. Primeiramente, em março de 1995, foi criado o Fundo Fiduciário de Capitalização Bancária, formado por recursos do próprio banco central (aproximadamente US\$ 326,8 milhões). A intenção deste fundo era simplesmente auxiliar as instituições bancárias sólidas e grandes a adquirir as instituições insolventes, que tinham pequenas chances de recuperação. Em maio de 1995 criou-se o Fundo de Garantia de Depósitos, administrado pelo Banco Central e formado por capital privado, aproximadamente US\$ 568,4 milhões. Este fundo tinha como finalidade efetuar empréstimos para o saneamento de instituições financeiras e também atuava auxiliando no processo de fusão destas entidades. A última medida de reestruturação do sistema financeiro argentino foi o reforço de um conjunto de exigências criadas pelo Banco Central que se referem às regras de prudência bancária estabelecidas no Acordo de Basiléia e a outros critérios de liquidez e solvência do sistema financeiro. Seguindo as diretrizes do Acordo de Basiléia, a Argentina instituiu uma política de requisitos mínimos de liquidez, que substituiu o sistema anterior de recolhimentos compulsórios. Desta maneira contemplaram-se todos os passivos bancários, não somente a poupança e os depósitos à vista. Assim os requisitos mínimos de liquidez do sistema financeiro se elevaram de 10,8% em 1995 para 15,9% dos depósitos em 1996. Ainda em relação a liquidez bancária, o governo criou o Programa de Contingente de Passes.

Este programa objetivava atuar através de um socorro de liquidez para os bancos locais por meio de empréstimos provenientes de bancos internacionais ao Banco Central que por sua vez repassaria às instituições bancárias nacionais em crise. O Programa de Contingente de Passes é caracterizado por um acordo do Banco Central com instituições financeiras internacionais que disponibilizariam crédito externo de curto prazo ao BC, tais recursos poderiam ser sacados para financiar empréstimos a bancos argentinos que se vissem impossibilitados de pagar seus passivos em dólar, que representava mais de 50% dos depósitos bancários argentinos.

Podemos concluir que o sistema financeiro argentino teve duas fases de funcionamento na década de 1990. Primeiramente, até a crise de 1995, o sistema financeiro foi caracterizado por uma radical abertura financeira. As dificuldades dos bancos nacionais em suportar a concorrência externa (pois vinham de um gigantesco processo de descapitalização e de dificuldades de captação de depósitos, devido a um reflexo das crises financeiras da década passada), o alto grau de dolarização dos depósitos, refletindo novamente a falta de confiança do público na moeda nacional, o grande fluxo de capital do exterior para o país ocasionado pela conjuntura externa, como os juros baixos americanos e pelo processo de privatização argentino, foram as principais características desta primeira fase de abertura financeira. A grande fragilidade externa do sistema financeiro argentino vem a ser comprovada quando ocorre a crise cambial mexicana, quando observamos uma brutal fuga dos capitais externos aplicados no país.

A segunda fase do sistema financeiro se inicia em 1995, é caracterizada por uma reforma estrutural e regulatória visando a ter mais controle sobre o mesmo assim como a redução de sua fragilidade. Esta segunda fase é marcada por uma inserção ainda maior dos bancos estrangeiros no mercado argentino, o incremento das privatizações iniciadas em 1989, a compra das instituições menores pelos grandes bancos, o governo, promovendo estas fusões e regulando o sistema financeiro através de seus órgãos de ajuste como o Fundo Fiduciário de Capitalização Bancária, o Fundo de Garantia de Depósitos e o Programa de Contingente de Passes.

Como resultado desta reforma observamos a maciça presença de bancos estrangeiros, que se transformaram em importantes mecanismos de defesa do sistema financeiro argentino. Este fato se evidencia ao vermos a repercussão da crise da Rússia, a asiática e a cambial brasileira no sistema argentino. Devido às medidas tomadas após o efeito tequila, o sistema financeiro argentino se tornou mais resistente e observamos apenas uma pequena elevação das taxas de juros no momento das crises citadas sem maiores comprometimentos para a economia do país.

Por outro lado ficou evidente que a Argentina “cavou sua própria cova” baseando seu sistema financeiro em bancos estrangeiros. Para ilustrar este domínio internacional podemos citar que entre os 10 maiores bancos da Argentina 7 eram estrangeiros, detendo 48% das contas correntes do país e 45% das poupanças. Ao ter este sistema de bancos universais dominado por bancos não nacionais e o sistema financeiro dolarizado trazemos a tona dois problemas gravíssimos. O primeiro é que como qualquer investimento externo direto, o capital investido no setor financeiro eleva, a médio prazo, as despesas do país com remessa de lucros ao exterior, sendo um potencial fator de fragilização externa. Outra questão é a facilidade de retirada de capital do país na eminência de uma crise (caso que ocorreu no governo de Fernando de la Rúa), devido aos ativos já estarem em dólar, isto evita que se necessite passar os ativos pelo mercado cambiário, agilizando qualquer tipo de urgência de retirada de fundos. Assim podemos ver a presença de instituições financeiras estrangeiras, que da mesma forma como podiam trazer recursos para o país rapidamente, facilmente poderiam enviar os recursos ao exterior na crise. Logo concluímos que todos estes elementos são o combustível para desencadear a terrível crise bancária e cambial que ocorreu no governo que seguiu a era Menem.

1.6 Indústria e Balança Comercial

A política industrial argentina no período Menem pode ser descrita como nula e caracterizada como um agente marginal da política econômica do país. Podemos ver este fato ao analisarmos como ocorreu o processo de abertura

econômica unilateral da Argentina no início do mandato justicialista. A primeira medida que foi promulgada durante a gestão Menem foi a Lei de Emergência Econômica (agosto de 1989); esta suspendeu as políticas de promoção à indústria nacional e os incentivos em forma de subsídios às exportações. Desta forma ocorreu a igualdade de tratamento dos produtos importados e nacionais no mercado nacional.

Como vimos no tópico anterior, houve na Argentina um aumento considerável do crédito devido à entrada de instituições estrangeiras. Tal crédito era majoritariamente composto em dólares, aproximadamente 71% da capacidade de crédito do sistema financeiro. No entanto, o acesso a este crédito era diferenciado de acordo com as dimensões da empresa. As grandes companhias tinham taxas de juros reais muito inferiores e emitiam títulos do setor privado no mercado internacional. Isto provocou um aumento da dívida externa privada de mais 934% entre 1991 e 1999 (de 3,521 para US\$ 36,224 bilhões). Para tentar amenizar esta gigantesca diferença de tratamento entre as empresas de grande porte e as demais, a ex-Secretaria de Indústria e Comércio estabeleceu linhas de crédito a juros inferiores aos praticados no mercado para estas empresas pequenas e médias marginalizadas do crédito do sistema financeiro argentino. Estas linhas de crédito se mostraram sem muita eficiência devido ao baixo volume de recursos que disponibilizava.

A indústria automotora foi a única que recebeu “tratamento especial” do governo que a tinha como setor dinâmico no Mercosul. Foi-lhe permitido um aumento de 40% na quantidade de componentes importados por unidade produzida, puderam importar veículos e peças com taxas reduzidas, comprometendo-se a exportar para compensar esta entrada de importados. Desta maneira houve um grande aumento da produção e exportação de veículos, as exportações entre 1991 e 1998 aumentaram 1065%, passando de 266,3 para US\$ 3.102,5 milhões.

Tabela 4
 PIB e Composição da Balança Comercial (em milhões de dólares)

Ano	Exportações	Importações	Balança Com.	PIB	Exp./PIB	Imp./PIB
1990	12.354	7.046	5.308	141.176	0,088	0,049
1991	11.978	11.835	143	189.440	0,063	0,063
1992	12.235	18.792	-6.557	228.847	0,053	0,082
1993	13.269	15.633	-2.364	236.505	0,056	0,066
1994	16.023	20.162	-4.139	257.440	0,062	0,078
1995	21.161	18,804	2.357	258.032	0,082	0,073
1996	24.043	22.283	1.760	272.150	0,088	0,082
1997	26.431	28.554	-2.123	292.859	0,090	0,098
1998	26.441	29.558	-3.117	298.131	0,088	0,099

Fontes: FIDE e *Secretaría de Programación Económica y Regional*.

Ao analisarmos a Tabela 4, vemos que as exportações aumentaram visivelmente mas as importações aumentaram com muito mais intensidade. Entre 1990 e 1998 as exportações cresceram 115% enquanto que as importações no mesmo período cresceram 320%.

Com a valorização da moeda e a queda das barreiras alfandegárias que antes protegiam a indústria, houve uma entrada maciça de bens de consumo e de capitais estrangeiros no país. Podemos explicar este aumento de importações de bens de consumo (aproximadamente um aumento de 200%), como a queda da indústria nacional produtora destes bens, frente ao seu atraso tecnológico e a questão cambial, que foi crucial para tornar a concorrência produto argentino inviável. Isto se evidencia ao vermos a queda das importações de insumos, aproximadamente 36%. Ao contrário do sistema de substituições de importações que prevaleceu de 1930 até 1978, podemos dizer que a Argentina sofria por um “sistema de substituição **por** importações”. A violenta entrada de bens de capitais (aumento de 36%), é explicada pela disponibilidade de recursos no país devido à sua política financeira, o que atendeu somente a algumas empresas de grande porte que tentavam se adaptar às novas condições de concorrência. Este crescimento das importações de bens de capital gerou também um comprometimento futuro de aumento do déficit comercial, já que as peças de reposição teriam que ser adquiridas no exterior, levando em conta que a evolução da capacidade produtiva do país ficou praticamente estancada no período.

Outro ponto interessante a respeito das empresas argentinas é a questão do investimento estrangeiro. Tal investimento apresentou um crescimento de 4,384 em 1991 para US\$ 8,755 bilhões em 1997 e uma queda para US\$ 6,510 bilhões em 1998. Podemos relacionar estas inversões a fatos exteriores da economia argentina. Entre 1992 e 1997, 52,6% destas inversões externas foram destinadas às empresas em privatização e compra de empresas nacionais, 17,2% proveio das reinversões dos ganhos e apenas 30,2% corresponderam a novos empreendimentos. Vemos a partir destes dados o reflexo de como ocorreram as privatizações argentinas, primeiro empresas nacionais privadas em conjunto com grupos estrangeiros adquiriram a empresa em processo de privatização e posteriormente o grupo internacional compra a parte que o capital nacional privado possuía da companhia. Com o mercado dominado por estes grupos estrangeiros aconteceu um grande aumento das remessas de lucros ao exterior (de 314 milhões em 1992 para 1.646 milhões em 1997) e a taxa de reinversão destas empresas caiu de 813 milhões em 1992 para 789 milhões em 1997, como mostrado na Tabela 5.

Tabela 5
Reinversão de utilidades do capital estrangeiro (em milhões de dólares)

Ano	Utilidades e Dividendos	Reinversão	Remessas	Reinversão/ Utilidades (%)
1992	1.127	813	314	72,1
1993	1.846	870	976	47,1
1994	2.122	839	1283	39,5
1995	2.162	609	1553	28,2
1996	1.922	585	1337	30,4
1997	2.435	789	1646	32,4

Fonte: FIDE.

Desta maneira temos um panorama geral da situação da indústria argentina durante a década de 1990, as políticas industriais do governo Menem apenas se fizeram úteis aos grandes grupos internacionais e aos conglomerados nacionais que sempre estiveram ligados ao poder político. Podemos dizer que são as mesmas empresas que tiveram as dívidas saneadas no período militar de Martinez de Hoz, as mesmas que usufruíram de vantagens de contratos com o estado no período radical de Alfonsín, antecessor a Menem e que na década de 1990 tiveram acesso

aos recursos externos e ao processo de privatização. Mais uma vez o *establishment* argentino se fez presente.

Considerações finais

O resultado de todas estas políticas implementadas na Argentina, tanto políticas macroeconômicas, industriais ou sociais, foi a imersão do país em uma situação insustentável no fim de 2001. Neste ano ocorreram tanto crises bancárias, cambiais como o colapso social que destituiu o presidente Fernando de la Rúa. Devido a todos os acontecimentos relatados neste trabalho, parece-nos claro que ocorreram falhas ou na concepção da política macroeconômica aplicada na Argentina, ou houve falhas em como elas foram implementadas no país, ou talvez uma combinação de ambas possibilidades. O que sempre marcou estas crises é a permanência no final delas do *establishment*, que continua atuante e pronto para administrar novamente o país, para que este mais uma vez funcione de forma condizente com os interesses desta minoria.

É importante que se mantenha claro que a atual crise de 2001 decorre de todo um passado que sempre distanciou a Argentina da sua total possibilidade de estabelecer-se como um país próspero e independente. Ao vermos as crises de seu passado recente sempre encontraremos como causas as políticas equivocadas que em épocas anteriores submeteram a economia ao modelo agroexportador, sempre atendendo aos interesses da classe política, composta majoritariamente de proprietários rurais. Raúl Prebisch sempre destacou a dependência externa e fragilidade que a Argentina era vítima com este tipo economia. Hoje o país não está tão longe do que era no início do século. Podemos diferenciar que agora ele pretendeu crescer através da injeção intravenosa de capitais estrangeiros, continuando dependente e frágil.

Na era Menem ficou evidente como é perigoso buscar o crescimento através da poupança externa. Em 1995, a explosão da crise cambial mexicana podia ser considerada como um aviso de que o caminho que a Argentina seguia estava a ponto de tornar-se uma grande armadilha. O país reestruturou seu sistema financeiro para atuar com um grau de liberdade e dependência externa ainda maior do que antes de 1995. Este fator trouxe uma maior proteção contra influências de

crises externas, porém também construiu grandes vias legais que permitiram a fuga de capitais em um momento de crise nacional.

A independência do Banco Central, levou a que os déficits fiscais primeiramente fossem saneados com o dinheiro proveniente das privatizações e posteriormente com vultuosos empréstimos a entidades financeiras internacionais, exemplo claro de falta de compromisso do estado com uma real reforma tributária e uma política de gastos provinciais sustentada.

A indústria foi relegada a atuar de forma marginal a todo este processo de descompromisso do estado. As importações corroeram as bases da produção industrial argentina. No final deste processo observamos que a exemplo do sistema bancário, apenas as grandes empresas nacionais ligadas ao *establishment* sobreviveram e ainda assim causando um grande processo de absorção de importações que comprometeu ainda mais a balança comercial, a situação da classe trabalhadora e martírio social.

Bibliografia

- ALSTON, Lee J., GALLO, Andrés. *Evolution and revolution in Argentine banking system under convertibility: the roles of crises and path dependence*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nov. 2000. (Texto para Discussão, n. 12).
- ARIDA, Persio (Org.). *Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. cap II: Guillermo R.
- CASABURI, Gabriel. *Argentina: políticas comerciais e industriales desde la década de 1960*. In: CEPAL. s.d.
- CHOLVIS, Francisco. *Esencia de la economía latino americana*. Buenos Aires: Cuenca Ediciones, 1971.
- DREIZZEN, Jacobo Julio. *O conceito de fragilidade financeira num contexto inflacionário*. Trad. do espanhol George Thomas Land Sobrinho. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1985. (9. Prêmio BNDES de Economia).
- FLORIDO, Alfonso. Los piqueteros del FMI. *Enfoques Alternativos*, n. 5, jul. 2002.
- HERMANN, Jennifer. A experiência argentina de liberalização financeira nos anos 1990: uma análise crítica. *Economia Aplicada*, v. 5, n. 12, 2001.

- KOSACOFF, Bernardo. A indústria argentina: da substituição das importações à conversibilidade. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 40, jul./ago./set. 1994.
- LENZ, Maria Heloisa. A evolução dos bancos argentinos no último quartel do séc. XIX: a influência dos bancos estrangeiros e a crise dos anos noventa. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 2001.
- MARTIN, Hans-Peter, SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. Trad, Waldtraut V. E Rose, Clara C. W. Sackiewicz. São Paulo: Globo, 1999.
- O'CONNEL, Arturo. O retorno da vulnerabilidade e as reflexões iniciais de Raúl Prebisch sobre “el ciclo económico argentino”. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 16, jun. 2001.
- RAPOPORT, Mário. El Plan de Convertibilidad y la economía argentina. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 15, dez. 2000.
- SALAMA, Pierre, VALIER, Jacques. *A economia em decomposição: ensaio sobre a hiperinflação*. Trad. e revisão técnica George Kornis, Brasilmar Ferreira Nunes. São Paulo: Nobel, 1992.
- THUROW. Lester C. *Corrientes peligrosas: el estado de la ciencia económica*. Traducción Eduardo L. Suarez. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. (Economía contemporánea).
- WISE, Carol. Currency board da Argentina: os laços que unem? *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 3, jul./set. 2001.